

PROTAGONISMO FEMININO NEGRO: A EXPERIÊNCIA FORMATIVA NO QUILOMBO SAPÉ, IGREJA NOVA, ALAGOAS

BLACK FEMALE PROTAGONISM: THE FORMATIVE EXPERIENCE IN QUILOMBO SAPÉ, IGREJA NOVA, ALAGOAS

Rita de Cássia Lima¹
Ricardo Santos de Almeida²

Resumo

As desigualdades de gênero no contexto rural são marcadas pelo patriarcado, machismo estrutural e divisão sexual do trabalho que relegam as mulheres a posições de subordinação e invisibilidade. A lógica capitalista agrava essa realidade ao intensificar a exploração do trabalho feminino e dificultar o acesso a direitos e a participação política. Frente a esse cenário, o estudo apresenta a Educação do Campo e a Agroecologia como estratégias de transformação social, destacando a experiência formativa do curso de associativismo voltado para mulheres quilombolas no povoado Sapé, em Igreja Nova, Alagoas. A proposta culminou na formalização da associação liderada por mulheres negras, promovendo o protagonismo, por meio da valorização de saberes tradicionais e da formação cidadã. A análise é fundamentada nos conceitos de Interseccionalidade (Collins e Bilge, 2021); Patriarcado (Saffioti, 2004); Educação do campo (Caldart, 2004); Método (Freire, 1987; 2015); Capitalismo (Marx; Engels, 2010); Hegemonia (Gramsci, 2010) e (Sabourin, 1999) sobre a compreensão da organização coletiva por meio do associativismo.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação do campo; Organização Coletiva; Mulheres Negras; Resistência.

Dossiê: Artigo Original: Recebido em XX/09/2025 – Aprovado em XX/11/2025 – Publicado em: 29/12/2025

¹ Técnica em Agropecuária (Escola Agrotécnica Federal de Satuba), Assistente social (UFAL), Especialista em Educação do Campo e Sustentabilidade (UNEAL), Especialista em História Indígena de Alagoas (UNEAL), mestranda do Programa de Desenvolvimento Territorial América Latina e Caribe (UNESP) e membra do grupo de estudo e extensão Coletivo de Estudos Gramscianos, vinculado ao Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PPGSS (UFAL). Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil. e-mail: rita-cassia.lima@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4920-486X> (autora correspondente)

² Graduado em Geografia Bacharelado (UNINTER) e Geografia Licenciatura (UFAL), Pedagogia Licenciatura (UNINTER); Gestão de Pequenas e Médias Empresas (FAA). Especialista em Semiótica e Análise do Discurso; Gestão, Supervisão e Inspeção Escolar; e Cartografia e Sensoriamento Remoto (FAMEESP); Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - com Ênfase em Didática (IFRN); Geografia Humana e Econômica (UNINTER); Administração Pública; Geografia e Meio Ambiente; Educação do Campo (UCAM); Formação para a Docência do Ensino Superior (CESMAC). Master of Science in Emergent Technologies in Education (MUST University) e Mestre em Geografia (UFS), Doutor em Geografia (UFSM) e Doutor em Educación (UI/UNIVALI). Conselheiro Fiscal Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFREIRE); Representante Suplente da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) do Ministério da Educação (MEC). Docente da rede pública de Porto Calvo/AL e Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Maceió, Alagoas, Brasil. e-mail: ricardosantos@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1266-2557>

Abstract

Gender inequalities in rural areas are marked by patriarchy, structural machismo, and the sexual division of labor, which relegate women to positions of subordination and invisibility. Capitalist logic exacerbates this reality by intensifying the exploitation of women's labor and hindering access to rights and political participation. Against this backdrop, this study presents Rural Education and Agroecology as strategies for social transformation, highlighting the formative experience of an association program for quilombola women in the Sapé village of Igreja Nova, Alagoas. The program culminated in the formalization of an association led by Black women, promoting protagonism through the valorization of traditional knowledge and civic development. The analysis is grounded in the concepts of Intersectionality (Collins and Bilge, 2021); Patriarchy (Saffioti, 2004); Rural Education (Caldart, 2004); Method (Freire, 1987; 2015); Capitalism (Marx; Engels, 2010); Hegemony (Gramsci, 2010) and (Sabourin, 1999) on the understanding of collective organization through associations.

Keywords: Agroecology; Rural Education; Collective Organization; Black Women; Resistance.

1 Introdução

A compreensão das dinâmicas sociais e culturais das comunidades rurais é fundamental para promover as transformações socioterritoriais. Nesse sentido, o objetivo é problematizar a Educação do Campo como prática de transformação, a partir da experiência formativa do Curso de Associativismo para mulheres quilombolas do povoado Sapé, zona rural do município de Igreja Nova, Alagoas, realizado em 2019.

A institucionalização da Associação das Remanescentes de Quilombolas, Agricultoras Familiares e Pescadoras do Povoado Sapé - Mulheres Guerreiras é um desdobramento das práticas de Educação do Campo liderada e composta majoritariamente por mulheres, sendo evidenciado o protagonismo das mulheres negras como elemento central para impulsionar o desenvolvimento da comunidade.

A Associação é um espaço coletivo de diálogos e ações voltadas às capacitações, conhecimentos sobre os direitos quilombolas somados aos saberes tradicionais e experiências das mulheres acumuladas ao longo do tempo com vistas ao protagonismo feminino negro e seu respectivo compartilhamento.

Como lente de análise, partimos dos conceitos de interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021); Patriarcado (Saffioti, 2004); Educação do campo (Caldart, 2004); Método (Freire 1987, 2015); Capitalismo (Marx; Engels, 2010); Hegemonia (Gramsci, 2010) nos consubstanciando sobre a organização coletiva do associativismo a partir de Sabourin (1999).

O contexto rural apresenta características específicas e refere-se ao modo como as áreas geográficas são usadas e ocupadas predominantemente por camponesas e camponeses. Organizados em comunidades, de modo familiar, descendentes de um ancestral em comum, mantém laços de pertencimento significativos. Para Sabourin (1999, p. 105) “os membros do sítio ou da comunidade são descendentes de um ancestral comum, fundador ou ex-proprietário da fazenda, com o qual mantêm laços de parentesco”. Estes processos e relações socioterritoriais também podem intensificar as desigualdades de gênero, como a resistência que será analisada sobre a experiência formativa no curso de Associativismo ministrado para mulheres quilombolas no povoado Sapé, em Igreja Nova, Alagoas, em 2019.

O patriarcado, o machismo estrutural e a divisão sexual do trabalho colocam as mulheres em patamares de submissão e Sabourin (1999) nos alerta para as principais características e dinâmicas do contexto rural que reforçam esse contexto. Ao relacionarmos as influências da formação econômica e social brasileira temos as estruturas sociais e práticas tradicionais predominantemente alicerçadas pelo modo como o acesso à terra, o intercâmbio de trabalho e solidariedade interfamiliar, as vulnerabilidades agroecológicasⁱ e socioeconômicas encontram-se relacionadas às incertezas econômicas e prováveis riscos climáticos condicionando as mulheres a um não protagonismo ao longo dos séculos.

Freire (1987, 2015) alerta para as dependências sociopolíticas que se estabelecem entre os sujeitos e “grandes proprietários, políticos locais, intermediários e mediadores”, evidenciando como essas relações estruturam desigualdades de poder e limitam a capacidade de decisão das comunidades. Segundo o autor, tais dependências não se restringem apenas ao plano econômico, mas permeiam dimensões sociais, culturais e políticas, moldando a forma como os indivíduos percebem a si mesmos, suas possibilidades de ação e sua relação com o mundo. Nessa perspectiva, a educação assume um papel central ao atuar como instrumento de conscientização crítica, possibilitando que os sujeitos reconheçam os mecanismos de dominação e desenvolvam autonomia, organizando-se coletivamente para transformar suas condições de vida.

A própria educação brasileira é forjada nas práticas de dependência sociopolítica e corroborou para que nosso país por muitos séculos estivesse enviesado por uma normalização depositária de conhecimentos, muitas vezes alheio às realidades das camponesas e faz-se necessário aos educadores um repensar sobre a negação da capacidade da/do camponesa/camponês de ser um sujeito de “transformação do mundo” (Freire, 2015, p. 70). A

formação técnica, nesse contexto, pode transformar o camponês em “coisa” (Freire, 2015, p. 20), objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação do mundo.

Ao evidenciar sua discussão sobre as opressões Freire (1987) nos chama atenção para a realidade fechada da opressão, que é reforçada quando se formata uma suposta dualidade entre o rural e o urbano nos demandando um entendimento sobre a realidade requerendo para tal “objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação a reflexão” (Freire, 1987, p. 19). Este processo, por exemplo, nos leva à necessidade do entendimento da indissociabilidade entre todos (rural e urbano) e reforça o ideário da união demandando que “os oprimidos se unam entre si” (Freire, 2015, p. 101).

Na busca pela ruptura com o determinismo socioterritorial que estruturalmente ainda formata o Brasil e o condiciona ainda como uma sociedade machista “é preciso que cortem o cordão umbilical, de caráter mágico e mítico, através do qual se encontram ligados ao mundo da opressão” (Freire, 2015, p. 101) e que se incentive o protagonismo feminino e se mitiguem as desigualdades socioterritoriais.

É denunciando o *modus operandi* que envolve a integração e desintegração urbano-rural, consubstanciado por influências urbanas, podem contribuir para que outras formas estratégias de pensarmos como os meios de comunicação e estradas sejam executados para que se diminuam distâncias e introduzam-se novos elementos culturais que corroborem para outras execuções de tarefas não remuneradas e inviabilizadas, ou na repressão de sua autonomia e desejos, principalmente para as mulheres.

Collins e Bilge (2021) definem a identidade não como “um conjunto de atributos fixos, a essência imutável do eu interior, mas um processo de posicionamento em constante mudança” (Hall, 2017, p. 16). Trata-se de um aspecto central que emergiu nas discussões sobre o protagonismo das mulheres quilombolas, reconhecidas aqui como sujeitos ativos e construtores do saber nesta investigação.

A interseccionalidade reconhece que a identidade individual é “moldada por múltiplos fatores que se destacam diferentemente de um contexto social para outro” (Collins; Bilge, 2021, p. 221). Isso possibilita que uma pessoa se reconheça simultaneamente como mulher e quilombola, ampliando o “espaço de subjetividade” e englobando múltiplas dimensões da identidade individual (Collins; Bilge, 2021, p. 221). Tal perspectiva dialoga diretamente com o disposto no Art. 2º do Decreto nº 4.887/2003, que define como remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais que, segundo critérios de autoatribuição, apresentam

trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra vinculada à resistência contra a opressão histórica. Nesse sentido, a identidade quilombola deve ser compreendida como uma construção política, cultural e histórica, que articula memória, resistência e pertencimento coletivo.

No cerne dessa problemática está à lógica destrutiva do capital que corrobora para a evolução e transformação no contexto rural em que as mulheres quilombolas encontram-se inseridas, tanto pela formalização e organização que por intermédio dos programas especiais formatam e incentivam a criação de cooperativas e associações de agricultores, com o intuito de viabilizar o acesso a serviços como extensão rural, crédito e investimentos. Esse movimento, segundo Sabourin, (1999) reforça a necessidade de novas funções e desafios quando as instituições camponesas tradicionais, focadas na redistribuição de fatores de produção tornam-se insuficientes para as demandas da atividade agropecuária moderna.

As novas formas de organização precisam assumir funções como a defesa de interesses profissionais, gestão de aposentadorias, abastecimento de insumos, comercialização de produtos e administração de equipamentos coletivos (Sabourin, 1999). Contudo, a difusão e validação técnica, e a articulação entre ação pública e individual, ainda representam desafios significativos para a conquista da autonomia. Essa evolução envolve a “profissionalização” (Sabourin, 1999, p. 120) dos camponeses e a necessidade de novas regras que vão além das tradições, incorporando lógicas de regulação industrial e mercantil.

A busca pela maximização de lucros tende a intensificar a exploração do trabalho feminino, reforça a submissão das mulheres, dificultando seu acesso a recursos, direitos trabalhistas e participação política (Marx; Engels, 2010). Essa condição evidencia a necessidade de uma abordagem educativa que promova o reconhecimento e a valorização do papel das mulheres (Collins; Bilge, 2021). É por meio desta análise que se evidenciam as complexas intersecções entre tradições culturais, vulnerabilidades socioeconômicas e estruturas de poder marcadas pela dependência (Saffioti, 2004) e processos de transformação impulsionados por fatores internos e externos, onde a luta por autonomia e o desenvolvimento de novas formas de organização são elementos centrais da reafirmação das mulheres quilombolas como camponesas.

Nessa direção, o associativismo em territórios quilombolas insere-se em uma tradição crítica do pensamento brasileiro e latino-americano, que reconhece a organização coletiva como

expressão de resistência, solidariedade e reconstrução de identidades sociais historicamente marginalizadas.

No contexto latino-americano, o associativismo nasce vinculado às lutas populares por terra, trabalho e reconhecimento cultural, sendo compreendido como uma forma de autonomia comunitária frente às estruturas de dominação política e econômica. Autores como Orlando Fals Borda e Paulo Freire contribuíram para esse entendimento ao situarem a organização popular como prática pedagógica e política, na qual o sujeito coletivo constrói saberes e estratégias próprias de transformação social.

No Brasil, o pensamento sobre o associativismo quilombola articula-se às noções de territorialidade, ancestralidade e economia solidária. As comunidades quilombolas, ao longo de sua história, desenvolveram formas de cooperação baseadas em parentesco, reciprocidade e partilha de trabalho, que se atualizam hoje em associações comunitárias, cooperativas e grupos produtivos autogeridos. Essas experiências expressam o que Milton Santos (2000) chamou de “territórios usados” — espaços vivos, onde o fazer coletivo se enraíza nas relações sociais e culturais do lugar.

O associativismo, portanto, transcende o aspecto meramente econômico, configurando-se como instrumento de resistência e reconstrução do modo de vida quilombola. Ele fortalece o sentimento de pertencimento, amplia o acesso a políticas públicas e fomenta práticas sustentáveis que articulam produção, cultura e identidade.

No horizonte do pensamento latino-americano contemporâneo, o associativismo quilombola também dialoga com perspectivas do “Bem Viver” e da ecologia dos saberes (Santos, 2007), ao propor uma convivência baseada na solidariedade, no respeito à natureza e na valorização das formas tradicionais de conhecimento.

Assim, a construção do pensamento sobre o associativismo em territórios quilombolas reflete uma epistemologia da resistência: uma forma de pensar e agir coletivamente que desafia a lógica individualista do capitalismo, resgatando valores comunitários, espirituais e territoriais como fundamentos de uma sociabilidade alternativa e emancipadora.

2 Metodologia

Adotou-se a natureza qualitativa, com base na pesquisa participante. Para isso, foi aplicado o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (Verdejo, 2006, p. 12), utilizando-se diversas ferramentas como: linha do tempo, caminhada transversal, mapa participativo e árvore de problemas. Essas ferramentas permitiram o conhecimento das histórias, tradições e fatos marcantes da comunidade, além da análise de aspectos relacionados às políticas públicas, como educação, saúde, religiosidade, lazer, atividades produtivas e demandas locais.

Evidencia-se neste estudo, a pesquisa dialógica e conscientizadora, pois ao utilizarmos a abordagem freiriana presentes nas obras *Extensão ou Comunicação* (Freire, 2015) e *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1987) se evidencia a metodologia qualitativa, dialógica, problematizadora e conscientizadora, cujos principais elementos são: a investigação do universo temático e temas geradores, cujo ponto de partida é perceptível na operacionalização das ações com as mulheres participantes do curso de Associativismo, onde a realidade existencial das participantes, aspirações, medos e dúvidas são evidenciados contribuindo para a consciência da realidade e de autoconsciência nos revelando um compromisso com a justiça social (Collins; Bilge, 2021).

No que se refere às normas como os grupos produzem, utilizam ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana para desafiar o *status quo* e transformar relações de poder, a resolução de problemas sociais está no centro dessa práxis crítica, pois foi investigada a forma de produção e utilização das estruturas sociais para projetos de poder e suas rupturas (Collins; Bilge, 2021). Logo, é pela sinergia entre Teoria e Prática que a interseccionalidade rejeita concepções binárias que separam estudos acadêmicos da prática, considerando que pensar e fazer estão intimamente ligados e se moldam mutuamente.

O diálogo e a comunicação, cuja essência emana pela educação libertadora, podem ser vistas como um encontro de seres humanos para ser mais, sendo explícita a interação entre pesquisadora e mulheres quilombolas na relação de comunicação, e não de extensão ou imposição de conhecimentos (Freire, 2015).

A pesquisa foi realizada em círculos de investigação temática/de cultura onde as participantes foram auxiliadas e discutiram situações existenciais representadas a partir de seus

cotidianos (Freire, 2015). A pesquisadora registrou em caderno de notas aspectos da vida, comportamento, linguagem e sintaxe das mulheres quilombolas cuja participação ativa é fundamental para que a investigação seja exitosa e as problematizações sobre as realidades superem as percepções ingênuas e fatalistas sobre o mundo a sua volta (Freire, 1987).

Estudos de caso e outros estudos podem ser realizados futuramente a partir deste escrito, pois foram observadas diferentes relações socioterritoriais protagonizadas pelas mulheres quilombolas em diferentes fases da ação coletiva, que são a delegação de poder, responsabilidade, aprendizagem coletiva e regulação entre elas (Sabourin, 1999). Todo esse movimento é consubstanciado a partir da observação mútua e do diálogo técnico que formatam redes de aprendizagem coletiva em função de um “referencial comum” (Sabourin, 1999, p. 114) de conhecimentos coletivizados e da avaliação crítica de prováveis inovações e propostas externas através do confronto de diversas representações que contribuem para análises de regulação social que se trata das normas sociais, imposição de quadros jurídicos ou tutelas externas, e que também podem ser construídas coletivamente.

Há a valorização de metodologias qualitativas, participativas e críticas, que buscam ir além da mera descrição da comunidade quilombola e dos fenômenos para promover a conscientização e a transformação social das mulheres do Sapé. Há uma ênfase no diálogo, na práxis e na compreensão da complexidade das relações sociais e culturais, rejeitando abordagens mecanicistas ou puramente técnicas consubstanciadas também a partir de Gramsci (2010), cujas técnicas de pesquisa contribuíram para nos revelar sobre a “arte de operar com os conceitos” (Gramsci, 2010, p. 179) como um “trabalho técnico do pensamento” (Gramsci, 2010, p. 179) com uma longa história, essencial para o progresso da ciência e da vida das mulheres pesquisadas e protagonistas de suas vidas e coletivo.

3 Resultados e discussão

A sociedade capitalista está alicerçada na contradição entre capital e trabalho e na permanente luta de classes entre dominantes e dominados e no caso de Alagoas “a estrutura econômica dominante no estado, bem como sua organização político-social dela originária, permitia que muitos abusos de autoridade fossem cometidos impunemente pela elite agrária” (Almeida, 2016, p. 22). Essa estrutura não se sustenta apenas por mecanismos econômicos, mas

também por um sistema político e ideológico que reforça desigualdades estruturais (Marx; Engels, 2010).

Segundo Saffioti (2004), o patriarcado representa uma forma específica das relações de gênero e são caracterizadas por desigualdade e hierarquia. Nesse contexto, a estrutura patriarcal legitima a dominação e a exploração das mulheres pelos homens, resultando na opressão feminina e “somente a partir da mobilização das mulheres é que serão asseguradas melhores condições de trabalho para esse gênero” (Almeida, 2016, p. 138).

A ideologia do patriarcado é difundida por instituições como: a família, a escola, a mídia e a religião, naturaliza a desigualdade de gênero e reforça a ideia de que as mulheres devem ocupar posições de submissão. A compreensão dessas dinâmicas exige um olhar interseccional, proposto por Collins e Bilge (2021), para analisar como as opressões de gênero, classe e raça se entrecruzam na manutenção das desigualdades.

Ao mesmo tempo em que essa estrutura desigual se sustenta por meio da exploração, também emergem movimentos de resistência que desafiam a lógica hegemônica dominante (Gramsci, 2010). Essas ações, impulsionadas por diferentes movimentos sociais e grupos informais, expressam formas alternativas de organização baseadas na solidariedade, na coletividade e na valorização dos saberes tradicionais e práticas populares retroalimentam “uma forma necessária da vontade das massas populares, uma forma determinada de racionalidade do mundo e da vida, fornecendo os quadros gerais para a atividade prática real” (Gramsci, 2010, p. 107).

As experiências das mulheres quilombolas do Sapé em Alagoas se afirmam como formas concretas de resistência à dominação capitalista, ao promoverem processos de conscientização crítica, fortalecimento da autonomia coletiva e “sobre o próprio corpo, tornando visíveis as consequências materiais da corporiedade como parte das relações de poder interseccionais” (Collins; Bilge, 2021, p. 148) e transformação das realidades sociais. Através da mobilização comunitária, da luta pela efetivação de direitos e da construção de redes de solidariedade, os sujeitos historicamente marginalizados desenvolvem estratégias de enfrentamento às desigualdades estruturais. Nesse percurso, forjam-se caminhos coletivos em direção à justiça social, que ainda se encontra na condição “ilusória em sociedades desiguais, nas quais as regras podem parecer justas, mas são aplicadas de maneira diferenciada por meio de práticas discriminatórias, como é o caso da democracia racial no Brasil” (Collins; Bilge, 2021, p. 51).

Compreende-se a importância da Educação do Campo a partir da concepção de Caldart (2004), ou seja, como uma prática política voltada para a transformação social e que deve estar integrada à vida cotidiana, valorizando os saberes tradicionais e as experiências das comunidades. Essa prática compreende o respeito aos saberes ancestrais, a agroecologia, na organização coletiva, no fortalecimento dos sujeitos do campo, especialmente as mulheres indígenas, quilombolas, camponesas, caçaras ao capacitá-las para a autogestão e a resistência às imposições do capital.

Freire (1987) conceitua a comunicação como essencial à formação de sujeitos críticos contextualizarem e intervirem na realidade, assumindo assim o protagonismo de uma transformação a partir do diálogo-reflexão-ação, tendo como pressuposto: que pouco sei (mas sei algo) e esse pouco tem que ser partilhado com o pouco do outro (que também sabe), entender as relações entre o problema analisado e o mundo ao seu redor.

Ao caracterizar comunicação como o ato de “comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (Freire, 1987, p. 45), os princípios associativistas se apresenta como uma práxis de organização coletiva, geração de renda e a preservação dos modos de vida tradicionais, promovendo um desenvolvimento sustentável e solidário. Logo, a partir da conquista da autonomia e representatividade, a associação torna-se um instrumento fundamental para a comunidade local, permitindo sua atuação externa e a influência sobre as relações sociais preexistentes (Sabourin, 1999).

Confluindo por uma educação libertadora alicerçada pelo viés freireano e na busca pela “compreensão de como um processo de formação humana pode ajudar no fortalecimento cultural e político de um determinado grupo social que se constitui como sujeito da luta de classes” (Caldart, 2004, p. 59) estruturou-se o curso de Associativismo, ministrado pela pesquisadora/autora em 2019, tendo como público principal as mulheres quilombolas com potencialidades e saberes ancestrais que precisam ser reafirmados e valorizados, cujas demandas de aprendizagem foram por elas nominadas e demandadas.

Na estruturação do curso de Associativismo, foram também inseridas dinâmicas de grupo, roda de conversa, para fazer jus ao conhecimento sobre a própria comunidade e suas potencialidades, totalizando uma carga horária de vinte e quatro horas (Quadros 1, 2 e 3).

QUADRO 1 - PLANO INSTRUCIONAL DE AÇÕES JUNTO À COMUNIDADE

Objetivos Específicos	Conteúdo	Técnicas Instrucionais	Recursos Instrucionais	Avaliação	Carga Horária
Eixo mobilizador	Acordo de convivência Apresentação da instituição Apresentação da professora e das participantes	Dinâmica de apresentação: dupla Power point	Cartolina Piloto atômico Crachás Datashow	Dialogada	4 horas
Reconhecer a importância do associativismo para a sociedade	História do associativismo	Power point Trabalho em grupo Construção de cartazes	Datashow Cópias Canetas coloridas	Expositiva Dialogada	
Apresentar o conceito de associativismo	Fatores que facilitam e dificultam o processo associativo	Trabalho em grupo	Folhas de flip-chart Piloto	Movimentação	
Fortalecer o processo de liderança democrática	Características e perfil de líder Tipos de liderança	Power point Dinâmica: nó humano	Data show Notebook	Expositiva	4 horas
Sensibilizar sobre a motivação	O que é motivação? Os 10 motivos para ser uma pessoa motivada	Apresentação slides Vídeo: águia ou galinha Dinâmica do barbante	Data show Notebook Barbante	Expositiva Movimentação	
Apresentar o conceito e reconhecer a importância do associativismo	Vantagens da organização associativa	Power point Texto	Cartilha páginas 07 -13	Expositiva Dialogada	
Conhecer o perfil dos associados	Tipos de associados	Texto Dinâmica do pirulito	Cartilha páginas. 14-20 Pirulitos	Expositiva Movimentação	4 horas
Apresentar uma experiência exitosa associativa	Vídeo: Associativismo Rural unindo agricultores https://www.youtube.com/watch?v=huQ9iJfA_DQ	Enigma: o pior cego é o que não quer ver Apresentação Vídeo	Cópias Data show Caixa de som Notebook	Expositiva Dialogada	
Conhecer a ideia dos condomínios agrícolas	Conceito de condomínios agrícolas e sua importância para geração de renda.	Power point Texto	Cartilha páginas 28-29	Expositiva Dialogada	

FONTE: Dados da pesquisa (2025).

O uso de materiais didáticos relacionados a temáticas específicas traziam consigo, no formato de cartilha, elementos informativos e problematizadores respeitam os preceitos da Educação do Campo, pois se estruturou a partir das seguintes temáticas: Perceber que o associativismo é parte da vida; Perceber o associativismo como uma forma de ação coletiva capaz de promover transformações sociais, políticas e econômicas; Reconhecer

comportamentos e atitudes que favorecem e dificultam o desenvolvimento do associativismo; Conhecer as diferenças entre associação, cooperativa e sindicato; Identificar as razões para a criação de uma associação; Organizar o funcionamento da associação; e Planejar as ações e o dia-a-dia da associação.

QUADRO 2 - PLANO INSTRUCIONAL DE AÇÕES JUNTO À COMUNIDADE

Objetivos Específicos	Conteúdo	Técnicas Instrucionais	Recursos Instrucionais	Avaliação	Carga Horária
Apresentar as diferenças entre associação, cooperativa e sindicato	Associação Cooperativa Sindicato	Dinâmica do barbante Apresentação	Barbante Cartilha páginas 21-25	Movimentação Dialogada	4 horas
Compreender a importância das formas organizativas para o fortalecimento coletivo	Associação Cooperativa Sindicato	Power point Trabalho em grupo (teatro)	Notebook Data show Cartilha páginas 21-25	Expositiva Movimentação	
Identificar as razões para criação de uma associação	Passo a passo para criar uma associação	Apresentação Trabalho em grupo	Cartilha páginas 26-27	Expositiva Dialogada	
Apresentar a organização e o funcionamento da associação	Defina os objetivos da associação Formalize uma associação	Apresentação Simulação de criação de uma associação	Datashow Notebook Cartilha páginas 30-37	Expositiva	4 horas
Aprender a administrar uma associação	Administre uma associação	Leitura coletiva	Datashow Notebook Cartilha páginas 38-40	Dialogada	
Aprender a planejar as ações do dia-a-dia da associação	Conheça os aspectos importantes que envolvem uma reunião	Apresentação slides Dinâmica do barbante	Datashow Notebook Cartilha páginas 41-49	Expositiva	
Aprender a fazer um estatuto e ata de uma assembleia geral	Estatuto da associação Ata da assembleia geral	Apresentação slides	Datashow Notebook Cartilha páginas 51-56	Participativa	

FONTE: Dados da pesquisa (2025).

A “investigação da temática significativa” (Freire, 2015, p. 54) insere-se em todos os objetivos específicos do curso e deve estar em “relação de correspondência, não só com os ‘temas geradores’, mas com a percepção que deles estejam tendo” (Freire, 2015, p. 54) as mulheres quilombolas. Os “temas geradores” (Freire, 1987, p. 61) explicitados em torno de

todos os conteúdos contêm a “possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas” (Freire, 2015, p. 53).

QUADRO 3 - PLANO INSTRUCIONAL DE AÇÕES JUNTO À COMUNIDADE

Objetivos Específicos	Conteúdo	Técnicas Instrucionais	Recursos Instrucionais	Avaliação	Carga Horária
Apresentar os processos de organização coletiva.	A importância da organização coletiva para o fortalecimento da comunidade.	Dinâmica dos balões Slides com o tema gerador; Roda de conversa	Notebook Datashow Balões	Expositiva Dialogada	4 horas
Encerramento	Avaliação final Avaliação do treinamento pelo treinando Agradecimentos	Vídeo: As DIFICULDADES dos QUILOMBOLAS - Canal Preto https://www.youtube.com/watch?v=gDXPK49-FAM	Datashow Cópias da avaliação	Dialogada	24h

FONTE: Dados da pesquisa (2025).

O tema fundamental da “nossa época” (Freire, 2015, p. 54) é a “libertação, que indica o seu contrário, o tema da dominação” (Freire, 2015, p. 54) contribuem para o protagonismo das mulheres quilombolas em torno da associação e de suas ações conforme explicitados nos quadros 1, 2 e 3 evidenciados pelo plano instrucional de ações junto à comunidade Sapé.

A “inserção” (Freire, 2015, p. 58) na realidade da comunidade quilombola surge da “conscientização da situação” (Freire, 2015, p. 58) tanto para ela como para os pesquisadores, sendo esta a “própria consciência histórica” (Freire, 2015, p. 58). Logo, a conscientização é o “aprofundamento da tomada de consciência, característica, por sua vez, de toda emergência” (Freire, 2015, p. 58) e contribui para “colocar-se em um ponto de vista “crítico”, o único fecundo na pesquisa científica” (Gramsci, 2010, p. 338).

A experiência formativa desenvolveu-se no contexto da formação sobre Associativismo voltada para as mulheres quilombolas do povoado Sapé, localizado no município de Igreja Nova, Alagoas. A ação teve como base um grupo de mulheres que, embora se encontrasse na informalidade, demonstrava um forte desejo de se organizar coletivamente, com o objetivo de constituir uma associação para promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade.

O encontro ocorreu em novembro de 2019, no povoado Sapé, no município de Igreja Nova, Alagoas, sendo realizado na residência da líder do grupo, um espaço já consolidado como

ponto de referência para reuniões comunitárias e momentos de articulação entre as participantes organizadas por um “um modo de produzir gente, seres humanos que assumem coletivamente a condição de sujeitos de seu próprio destino, social e humano” (Caldart, 2004, p. 16). O grupo era formado por dezoito mulheres quilombolas, com idades entre dezoito e cinquenta e três anos, com diversidade geracional importante para o diálogo entre experiências e saberes.

Em termos de escolaridade, havia variações que iam do Ensino Fundamental incompleto ao Ensino Superior, evidenciando diferentes trajetórias educacionais. Todas as participantes vivenciavam relações familiares estáveis, seja por meio do casamento formal ou de união estável, e eram mães e/ou avós, o que reforça seu papel central na organização e sustentação das estruturas familiares e comunitárias, pois “trata-se da herança que traz e que pode deixar, ou não, para as novas gerações de lutadores sociais, o que quer dizer um lugar menos ou mais significativo na história ou na memória de seu povo” (Caldart, 2004, p. 30).

No início das atividades, realizamos uma dinâmica de apresentação com o objetivo de promover o conhecimento mútuo entre a educadora e as participantes, bem como compreender os perfis individuais de cada mulher presente (Figura 1). A proposta consistiu em oferecer um espaço de fala onde cada participante pôde se apresentar, compartilhando aspectos de sua trajetória pessoal, experiências de vida, envolvimento com a comunidade e expectativas em relação à formação sobre associativismo.

FIGURA 1 – DINÂMICA DE GRUPO: NÓ HUMANO



FONTE: Acervo da pesquisadora (2019).

Essa atividade inicial teve um papel fundamental na criação de um ambiente acolhedor, de escuta ativa e confiança mútua, contribuindo para o fortalecimento dos laços entre o grupo

e estabelecendo uma atmosfera leve e respeitosa, essencial para o desenvolvimento das atividades formativas.

Por meio da participação ativa da comunidade, esse instrumento possibilita a identificação de desafios e oportunidades, promovendo um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que moldam a realidade do campo, pois “o ser humano é uma produção histórica. O fazer e o pensar a formação humana são produções históricas: cada tempo coloca desafios e ferramentas próprias para o conjunto de práticas educativas” (Caldart, 2004, p. 59).

Logo em seguida, foi executado o Diagnóstico Rural Participativo. Para Verdejo (2006), o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é uma ferramenta essencial para revelar os conflitos, as lutas e as tensões historicamente presentes no campo brasileiro (Figura 2) e “pretende desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação” (Verdejo, 2006, p. 12).

FIGURA 2 – DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP)



FONTE: Acervo da pesquisadora (2019).

No segundo dia de formação foram sistematizadas as informações do diagnóstico, identificando as potencialidades e problemáticas da comunidade. A produção de base agroecológica de culturas de subsistência (feijão, milho, amendoim, batata doce, mandioca e macaxeira) e as tradições culturais como as mandiocadas (Figura 3) nas casas de farinha tiveram destaques positivos.

A produção agroecológica nas comunidades quilombolas constitui-se como uma expressão concreta da resistência histórica e da autonomia dos povos do campo. Mais do que uma técnica agrícola, a agroecologia é um modo de vida, um fazer que preserva a natureza,

reafirma a cultura e resiste à lógica exploratória do capital. Nesse cenário, as mulheres quilombolas são protagonistas centrais: elas guardam, reproduzem e transformam os saberes herdados de seus avós, cultivando a terra com respeito aos ciclos naturais e com compromisso com a vida.

Os cultivos realizados de forma agroecológica, expressam a continuidade das práticas ancestrais. O cuidado com o solo, a utilização de adubos naturais e cobertura morta, o consórcio de espécies e o manejo manual revelam a sabedoria transmitida de geração em geração, uma ciência empírica que encontra eco nas ideias de Ana Primavesi (2002), de que a vitalidade do solo depende da presença de vida em sua estrutura — microrganismos, matéria orgânica e umidade — elementos essenciais para sustentar o equilíbrio dos ecossistemas e a saúde das plantas e das pessoas.

Assim, o trabalho das mulheres quilombolas não apenas garante a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, mas também assegura a manutenção da fertilidade do solo, da biodiversidade e da soberania alimentar. Essa forma de produzir resiste à monocultura e ao uso intensivo de insumos químicos — expressões do agronegócio — reafirmando uma prática agrícola pautada na reciprocidade entre ser humano e natureza.

FIGURA 3 – PROCESSO DE BENEFICIAMENTO DA MANDIOCA



FONTE: Acervo da Associação (2021).

Numa perspectiva marxista e feminista, é possível compreender esse trabalho à luz das reflexões de Silvia Federici (2019), que denuncia a invisibilização do trabalho reprodutivo e comunitário das mulheres, historicamente desvalorizado pelo capitalismo. No contexto quilombola, o trabalho das mulheres na roça, na cozinha, no cuidado e na preservação das

sementes representa justamente esse trabalho reprodutivo da vida, não subordinado à lógica do lucro, mas essencial à reprodução social e à sustentabilidade comunitária.

O que para o capital é considerado “trabalho invisível” é, para o quilombo, trabalho vital: as mulheres não apenas produzem alimentos, mas produzem e reproduzem a vida, cuidando do solo, da água, das crianças e das relações sociais. Nessa prática cotidiana, constroem uma economia do cuidado, baseada na solidariedade e no uso consciente dos recursos naturais, transformando o território em espaço de resistência e emancipação.

O associativismo e a agroecologia se tornam, portanto, dimensões complementares desse processo. Organizadas coletivamente, as mulheres fortalecem sua voz política, partilham experiências e conquistam espaços de autonomia econômica. Através da cooperação e da partilha de saberes, constroem um projeto de futuro que desafia o patriarcado, o racismo e o capitalismo agrário. Dessa forma, essa produção, guiada pela ética do cuidado e pela sabedoria ancestral, é um gesto político que une passado e presente, tradição e transformação, comunidade e liberdade.

Também foram identificados pontos problemáticos na realidade local, especialmente no que se refere à renda e às relações de gênero. A principal fonte de sustento das famílias ainda é composta pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o que evidencia a dependência econômica e a carência de políticas públicas voltadas à valorização do trabalho rural e da produção comunitária.

No interior dessa estrutura social, as desigualdades de gênero aparecem de forma marcante. O trabalho feminino é caracterizado pela dupla jornada, envolvendo tanto as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos quanto o trabalho produtivo nas roças e quintais. Essa sobrecarga é acompanhada, muitas vezes, por relações de submissão econômica e simbólica, sustentadas por uma cultura patriarcal que desvaloriza o trabalho das mulheres e restringe sua autonomia decisória. Uma das mulheres quilombolas, ao narrar seu cotidiano, expressou com clareza essa condição:

“A gente acorda cedo pra cuidar dos meninos, faz o café, limpa a casa e depois vai pra roça. Quando volta, ainda tem a janta e o cuidado com os idosos. A gente trabalha o dia todo, mas nem sempre é visto como trabalho. O dinheiro que entra é do Bolsa Família, e quando a produção dá alguma renda, quem vende é o marido. A gente quer poder decidir junto, porque a terra é de todos nós.”

Esse relato revela a dimensão estrutural do machismo e a forma como ele se reproduz nas relações cotidianas e produtivas. Como destaca Heleieth Saffioti (2004), o patriarcado, o racismo e o capitalismo se entrelaçam em uma tríplice dominação que submete as mulheres trabalhadoras a formas específicas de exploração e invisibilidade.

A análise de Silvia Federici (2019) complementa essa compreensão ao apontar que o trabalho reprodutivo e comunitário realizado pelas mulheres, como o cuidado, o preparo dos alimentos e a manutenção das condições de vida, é essencial à reprodução social do capital, embora historicamente desvalorizado e não reconhecido como trabalho produtivo. Nas comunidades quilombolas, esse trabalho é ainda mais intenso, pois se soma à produção agroecológica e às responsabilidades familiares.

Sob uma perspectiva interseccional e contra colonial, Lélia Gonzalez (1988) chama atenção para o fato de que as mulheres negras e quilombolas sofrem as consequências mais duras desse sistema, acumulando opressões de classe, raça e gênero. Sua luta, portanto, não é apenas por igualdade de direitos, mas por reconhecimento e reparação histórica.

Diante desse contexto, o fortalecimento do associativismo e da agroecologia se apresenta como caminho de emancipação e empoderamento coletivo. Através da organização das mulheres quilombolas em grupos produtivos e associações, é possível gerar autonomia econômica, ampliar o protagonismo político e construir relações mais igualitárias no campo.

As atividades desenvolvidas possibilitaram um conhecimento mais aprofundado da realidade comunitária, a partir das vivências e relatos compartilhados pelas educandas. Essa prática pedagógica foi orientada pelo conceito freireano de diálogo (Freire, 2015), compreendido como um processo horizontal e transformador, no qual educadora e educandas constroem saberes de forma coletiva, crítica e contextualizada nos demandando a promoção de “diálogos entre movimentos” (Collins; Bilge, 2021, p. 107) de coletivos de mulheres de modo a permitir o envolvimento “criativamente com suas diferenças (de classe, religiosas, étnicas, raciais, linguísticas, sexuais e nacionais – ou combinações variadas dessas diferenças), em vez de tentar silenciá-las por uma questão de unidade” (Collins; Bilge, 2021, p. 107) as fortalecendo e reforçando seus protagonismos.

Durante o encontro, as mulheres relataram que o curso representava uma oportunidade concreta de alcançarem autonomia e fortalecimento social, por meio da organização coletiva de mulheres do quilombo. Essa percepção evidencia o papel transformador da formação enquanto

instrumento de emancipação e protagonismo feminino, especialmente em contextos rurais e tradicionais a partir de uma reflexão da realidade vivenciada.

Ao longo do curso, foram debatidos os fundamentos teóricos e práticos do associativismo, no qual foi construído o seu conceito a partir da ferramenta “chuva de ideias” e sua aplicação concreta na realidade das comunidades. A formação teve como foco apresentar às educandas o processo de constituição formal de uma associação, detalhando cada uma das etapas necessárias para sua efetivação. Entre os pontos trabalhados, destacaram-se: a escolha do nome da associação, a redação do estatuto social, a definição dos cargos e membras da diretoria e do conselho fiscal e a organização da documentação exigida para o registro legal da entidade junto aos órgãos competentes.

Além disso, foram realizadas atividades voltadas à construção da identidade da associação, sendo elaborada a missão, os valores, os objetivos, a elaboração do planejamento estratégico, metas e ações alinhadas às necessidades e potencialidades da comunidade. O processo foi desenvolvido de forma dialógica. Respeitaram-se os saberes e as experiências das mulheres, com vistas à consolidação de uma organização autônoma, participativa e comprometida com o fortalecimento identitária e cultural da comunidade e do protagonismo feminino.

Como primeira ação coletiva da futura associação, foi escolhida a atividade de beneficiamento da mandioca, tendo como base o resgate e a valorização de receitas tradicionais transmitidas oralmente entre as mulheres da comunidade ao longo de gerações. Entre os produtos selecionados estavam o bolo de mandioca, sequilhos, biju, malcasada (bolo de mandioca fermentada), broas e tapiocas, típicas do quilombo.

Essa escolha estratégica levou em consideração a abundância da matéria-prima na comunidade, o conhecimento das receitas e o forte valor simbólico e cultural desses saberes culinários ancestrais. A iniciativa visou a estruturação da produção coletiva, a geração de renda de forma sustentável e solidária e a valorização do patrimônio cultural local. Os produtos que até então eram preparados exclusivamente para o consumo familiar passaram a ser reconhecidos como potenciais fontes de renda, permitindo às mulheres transformar seus saberes tradicionais em instrumento de desenvolvimento comunitário e afirmação identitária.

Ao final da formação, foram agendados dois encontros de acompanhamento para monitorar o andamento das ações e oferecer suporte contínuo ao grupo em sua caminhada organizativa; bem como, foi criado um canal de comunicação por meio de aplicativo de celular,

com o objetivo de facilitar o diálogo entre as educandas e educadora, permitindo o esclarecimento de dúvidas, compartilhamento de informações e o fortalecimento dos vínculos construídos ao longo do processo formativo.

Logo após a formação, o grupo até então informal, formalizou a Associação de Mulheres Agricultoras Quilombolas Pescadoras do Povoado Sapé - Mulheres Guerreiras (Figura 4), que conta com sede própria, fruto do esforço coletivo e da articulação comunitária e socializa suas experiências e comercializações em redes sociais.

Atualmente, a Associação de Mulheres Agricultoras Quilombolas Pescadoras do Povoado Sapé - Mulheres Guerreiras reúne quarenta e oito mulheres quilombolas associadas, com produção comunitária oriunda do beneficiamento da mandioca e de outras iniciativas que são comercializadas regularmente na Feira da Agricultura Familiar do município de Igreja Nova.

FIGURA 4 – LOGOMARCA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS QUILOMBOLAS PESCADORAS DO POVOADO SAPÉ – MULHERES GUERREIRAS



FONTE: Rede social da Associação de Mulheres Agricultoras Quilombolas Pescadoras do Povoado Sapé – Mulheres Guerreiras (2021).

Os produtos produzidos pelas mulheres são destinados a políticas públicas importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na esfera municipal e estadual, e ao Programa Criança Feliz, demonstrando as relevâncias social, econômica e cultural da organização para a comunidade. Essa trajetória evidencia o impacto positivo da formação e da mobilização das mulheres na construção de um espaço coletivo autônomo, sustentável e voltado à valorização do trabalho feminino e das tradições quilombolas.

4 Considerações Finais

O método adotado durante a formação fundamentou-se em uma escuta sensível e comprometida com as vozes das mulheres quilombolas, priorizando o reconhecimento de suas vivências, saberes e trajetórias. A partir dessa escuta ativa, foi possível compreender o perfil do grupo de mulheres, suas necessidades específicas e as particularidades do território em que estão inseridas.

O processo formativo foi conduzido por meio de práticas participativas e dialógicas, que favoreceram o engajamento coletivo na identificação de desafios e na construção de soluções concretas, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada a realidade do campo.

Essas estratégias pedagógicas contribuíram diretamente para o fortalecimento do protagonismo feminino, estimulando a autonomia das participantes na tomada de decisões e na gestão de suas ações, em consonância com os princípios do associativismo, como solidariedade, cooperação, autogestão e corresponsabilidade.

Ao valorizar os saberes tradicionais e locais, respeitar as identidades culturais e incentivar a atuação ativa das mulheres nos processos organizativos, a formação proporcionou um ambiente de ensino-aprendizagem acolhedor e transformador. Nesse espaço, as mulheres foram reconhecidas como sujeitos históricos e políticos, capazes de intervir em suas realidades. Assim, a educação assume um papel central como instrumento de resistência frente às desigualdades estruturais e como caminho para o empoderamento feminino, promovendo o desenvolvimento sustentável da comunidade consubstanciado a partir dos preceitos da Educação do Campo e da agroecologia.

Referências

ALMEIDA, R. S. **Agronegócio canavieiro em Alagoas**: controle do território e luta por terra. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5529/1/RICARDO_SANTOS_ALMEIDA.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS QUILOMBOLAS PESCADORAS DO POVOADO SAPÉ – MULHERES GUERREIRAS. **Logomarca**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CWUdqvGMCpO>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por

remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: Escola é mais do que escola. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. São Paulo: Zahar, 2020 [texto original de 1988].

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HALL, S. **Familiar Stranger**: A Life Between Two Islands (Durham, Duke University Press, 2017), p. 16.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

SABOURIN, E. Organização dos produtores e ação coletiva: sistematização e análise de estudos de caso no Nordeste brasileiro. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização dos produtores**. Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 1999. p. 103-128.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: Guia Prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2006. 62 p.

ⁱ As vulnerabilidades agroecológicas correspondem a riscos e fragilidades de ordem ambiental, social, econômica e técnica que afetam os sistemas de produção agroecológicos, limitando sua sustentabilidade e consolidação.